



Bradesco

BEM DTVM

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Atua com alto nível de especialização na administração fiduciária de recursos de terceiros no segmento institucional. Em 2014, possuía sob sua gestão R\$ 142 bilhões, distribuídos em 965 Fundos de Investimento e 2 Carteiras Administradas, atendendo um

total de 38.519 cotistas.

No exercício, a BEM DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 8,3 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 33 milhões e Ativos Totais de R\$ 38,4 milhões.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
ATIVO	2014	2013	PASSIVO	
CIRCULANTE	38.389	34.141	CIRCULANTE	5.414
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	92	30	OUTRAS OBRIGAÇÕES	5.414
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	34.063	29.875	Sociais e Estatutárias (Nota 10c)	79
Carteira Própria	34.063	29.875	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)	4.366
OUTROS CRÉDITOS	4.234	4.236	Diversas (Nota 9b)	969
Rendas a Receber (Nota 6a)	1.820	1.835	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 10)	33.005
Diversos (Nota 6b)	2.414	2.401	Capital:	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	29	31	- De Domiciliados no País	13.700
OUTROS CRÉDITOS	29	31	Reservas de Lucros	19.305
Diversos (Nota 6b)	29	31		
PERMANENTE	1	1		
INVESTIMENTOS	1	1		
Outros Investimentos (Nota 7)	1	1		
TOTAL	38.419	34.173	TOTAL	38.419

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil					DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2º Semestre	Exercícios findos em			Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais	
	2014	2014	2013			Legal	Estatutária			
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.759	3.277	2.005	Eventos						
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b)	1.759	3.277	2.005	Saldos em 30.6.2014	13.700	846	14.067	-	28.613	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.759	3.277	2.005	Lucro Líquido	-	-	-	4.434	4.434	
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	5.468	10.549	10.350	Destinações: - Reservas	-	222	4.170	(4.392)	-	
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 11)	11.317	22.350	21.292	- Dividendos Propostos	-	-	-	(42)	(42)	
Outras Despesas Administrativas (Nota 12)	(3.519)	(7.077)	(7.519)	Saldos em 31.12.2014	13.700	1.068	18.237	-	33.005	
Despesas Tributárias (Nota 13)	(842)	(1.833)	(1.981)	Saldos em 31.12.2012	8.700	1.129	12.163	-	21.992	
Outras Despesas Operacionais (Nota 14)	17	22	22	Aumento de Capital com Reservas	5.000	(844)	(4.156)	-	-	
Outras Despesas Operacionais (Nota 14)	(1.505)	(2.913)	(1.464)	Lucro Líquido	-	-	-	7.400	7.400	
RESULTADO OPERACIONAL	7.227	13.826	12.355	Destinações: - Reservas	-	370	6.961	(7.331)	-	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	7.227	13.826	12.355	- Dividendos Propostos	-	-	-	(69)	(69)	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	(2.793)	(5.565)	(4.955)	Saldos em 31.12.2013	13.700	655	14.968	-	29.323	
LUCRO LÍQUIDO	4.434	8.261	7.400	Dividendos Declarados	-	-	(4.500)	-	(4.500)	
Número de cotas (Nota 10a)	13.700.000	13.700.000	13.700.000	Lucro Líquido	-	-	-	8.261	8.261	
Lucro por lote de mil cotas em R\$	323,65	602,99	540,15	Destinações: - Reservas	-	413	7.769	(8.182)	-	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil					DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil					
	2º Semestre	Exercícios findos em			2º Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro				
	2014	2014	2013		2014	%	2014	%	2013	%
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				Descrição						
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	7.227	13.826	12.355	1 - RECEITAS	11.588	143,7	22.736	145,2	21.855	152,4
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	-	-	(13)	1.1) Intermediação Financeira	1.759	21,8	3.277	20,9	2.005	14,0
Reversões de Provisões Trabalhistas	-	-	(13)	1.2) Prestação de Serviços	11.317	140,3	22.350	142,7	21.292	148,5
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	7.227	13.826	12.342	1.3) Outras	(1.468)	(16,4)	(2.891)	(18,4)	(1.442)	(10,1)
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros				2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.519)	(43,7)	(7.077)	(45,2)	(7.519)	(52,4)
Derivativos	(6.116)	(4.188)	(8.260)	Serviços de Terceiros	(3.348)	(41,5)	(6.769)	(43,2)	(7.206)	(50,3)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(183)	1	(284)	Serviços do Sistema Financeiro	(8)	(0,1)	(15)	(0,1)	(35)	(0,2)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(166)	26	119	Publicação	(46)	(0,6)	(134)	(0,9)	(136)	(0,9)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(724)	(5.034)	(4.031)	Serviços Técnicos Especializados	(45)	(0,6)	(77)	(0,5)	(89)	(0,6)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	38	4.631	(114)	Doações	(57)	(0,7)	(57)	(0,4)	-	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de				Outros	(15)	(0,2)	(25)	(0,1)	(53)	(0,4)
Financiamentos	-	(4.569)	(54)	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	8.069	100,0	15.659	100,0	14.336	100,0
Dividendos Pagos	-	(4.569)	(54)	4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	8.069	100,0	15.659	100,0	14.336	100,0
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de				5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8.069	100,0	15.659	100,0	14.336	100,0
Financiamentos	-	(4.569)	(54)	5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	3.635	45,0	7.398	47,3	6.936	48,4
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	38	62	(168)	Federal	3.408	42,2	6.951	44,4	6.510	45,4
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	54	30	198	Municipal	227	2,8	447	2,9	426	3,0
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	92	92	30	5.2) Remuneração de Capitais Próprios	4.434	55,0	8.261	52,7	7.400	51,6
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	38	62	(168)	Dividendos	42	0,5	79	0,4	69	0,5

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM" ou "Instituição") é uma Instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de janeiro de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.

d) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentadas na Nota 16.

f) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

j) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro - R\$ mil		
2014	2013	
Disponibilidades em moeda nacional	92	30
Total de disponibilidades (caixa)	92	30

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Em 31 de dezembro - R\$ mil									
Títulos (1)	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos para negociação (3):									
Letras financeiras do tesouro	-	8	3.176	6.098	9.282	9.282	-	14.736	-
Letras do tesouro nacional	848	-	-	-	848	848	-	1.160	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-	2.885	-
Debêntures	-	-	-	1.332	1.332	1.332	-	2.194	-
Certificado de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	-	1.461	-
Operações compromissadas	16.685	-	-	-	16.685	16.685	-	-	-
Letras financeiras	1.134	186	255	4.341	5.916	5.916	-	7.335	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	104	-
Total em 2014	18.667	194	3.431	11.771	34.063	34.063	-	-	-
Total em 2013	3.680	1.972	6.243	17.980	-	-	-	29.875	-

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 34.063 mil (2013 - R\$ 29.875 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.



Bradesco

BEM DTVM

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Reservas de lucros	19.305	15.623
- Reserva legal (1).....	1.068	655
- Reserva estatutária (2).....	18.237	14.968

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na Assembleia Geral de aprovação das demonstrações contábeis.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos Sócios Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de reservas de lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2014	2013
Lucro líquido.....	8.261	7.400
(1) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(413)	(370)
Base de cálculo	7.848	7.030
Dividendos propostos.....	79	69
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1%	1%
Valor em Reais por lote de mil cotas	5,77	5,04

A Reunião dos Sócios Cotistas de 30.4.2014 deliberou o pagamento de dividendos de R\$ 4.500 mil, à conta de "Reserva de Lucros - Estatutária" pago em 27.6.2014.

11) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor de R\$ 22.350 mil (2013 - R\$ 21.292 mil) corresponde à receita auferida na administração de fundos de investimento (Nota 17b).

12) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Serviços de terceiros.....	6.769	7.206
Publicações.....	134	136
Serviços técnicos especializados.....	77	89
Serviços do sistema financeiro.....	15	35
Contribuição sindical.....	-	10
Doações.....	57	-
Outras.....	25	43
Total	7.077	7.519

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Contribuição à COFINS.....	1.025	932
Imposto sobre serviços - ISS.....	447	426
Contribuição ao PIS.....	167	151
Impostos e taxas.....	194	472
Total	1.833	1.981

14) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Reversão de provisão operacional.....	-	18
Patrocínio de caráter cultural.....	(85)	(33)
Despesa com juros e multas.....	(350)	-
Despesa na prestação de serviços de distribuição de cotas, líquida das comissões pagas.....	(2.478)	(1.403)
Outras.....	22	(24)
Total	(2.891)	(1.442)

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com os controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014 Ativos (passivos)	2013 Ativos (passivos)
Disponibilidades:		
Banco Bradesco S.A. (controlador indireto).....	92	30
Dividendos:		
Banco Bradesco BBI S.A. (controlador direto).....	(79)	(69)
b) Remuneração do pessoal-chave da Administração		
Anualmente na Reunião de Sócio Cotistas é fixado:		

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações

b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	13.826	12.355

Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%,

respectivamente..... (5.530) (4.942)

Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis..... (197) (20)

Efeito no cálculo dos tributos:

Outros valores..... 162 7

Imposto de renda e contribuição social do exercício..... **(5.565)** **(4.955)**

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2014	2013
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(5.563)	(4.948)
Impostos diferidos		
Contribuição social no exercício, sobre adições temporárias.....	(2)	(7)
Imposto de renda e contribuição social do exercício (5.565)		(4.955)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2013		Constituição		Realização		Saldo em 31.12.2014	
	37	35	35	37	37	35	35	35
Outras provisões.....	37	35	35	37	37	35	35	35
Total dos créditos tributários (Nota 6b)	37	35	35	37	37	35	35	35
Obrigações fiscais diferidas (Nota 9a)	3	-	-	3	-	-	-	-
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	34	35	35	34	34	35	35	35

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2014 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias Imposto de renda	Contribuição social	Total
2015.....	4	2	6
2016.....	7	4	11
2017.....	7	4	11
2018.....	4	3	7
Total (Nota 6b)	22	13	35

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 33 mil (2013 - R\$ 34 mil).

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. A BEM DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) A BEM DTVM administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2014, somaram R\$ 142.038.081 mil (2013 - R\$ 134.318.912 mil), cuja receita de taxa de administração desses fundos no exercício somou de R\$ 22.350 mil (2013 - R\$ 21.292 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e

- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515, de 24 de novembro de 2014 e 1.520, de 4 de dezembro de 2014. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas Demonstrações Contábeis.

e) Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para essas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 28 de janeiro de 2015

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3



KPMG Auditores Independentes

CRC 25P028567/O-1 F SP

Certificação Digital Imprensa Oficial

Segurança e agilidade na administração da sua empresa.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo



Diário Oficial Empresarial 2

Estado de São Paulo

Volume 125 • Número 51

Página 3

São Paulo, quarta-feira, 18 de março de 2015

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Bradesco

BEM DTVM

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO																				
Senhores Cotistas,					total de 38.519 cotistas.															
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.					No exercício, a BEM DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 8,3 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 33 milhões e Ativos Totais de R\$ 38,4 milhões.															
Atua com alto nível de especialização na administração fiduciária de recursos de terceiros no segmento institucional. Em 2014, possuía sob sua gestão R\$ 142 bilhões, distribuídos em 965 Fundos de Investimento e 2 Carteiras Administradas, atendendo um					Osasco, SP, 28 de janeiro de 2015.															
					Diretoria															
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil																				
ATIVO	2014			2013			2014													
	38.389			34.141			5.414													
	92			30			5.414													
	34.063			29.875			79													
	34.063			29.875			4.366													
	4.234			4.236			969													
	1.820			1.835			33.005													
	2.414			2.401			13.700													
	29			31			19.305													
	29			31			-													
PASSIVO	2014			2013			2014													
	38.419			34.173			38.419													
	38.419			34.173			34.173													
	38.419			34.173			38.419													
	38.419			34.173			38.419													
	38.419			34.173			38.419													
	38.419			34.173			38.419													
	38.419			34.173			38.419													
	38.419			34.173			38.419													
	38.419			34.173			38.419													
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.																				
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil																				
2º Semestre					Exercícios findos em 31 de dezembro															
2014					2014															
1.759					3.277															
1.759					3.277															
1.759					3.277															
5.468					10.549															
11.317					21.292															
(3.519)					(7.077)															
(842)					(1.833)															
17					22															
(1.505)					(2.913)															
7.227					13.826															
7.227					13.826															
(2.793)					(5.565)															
4.434					8.261															
13.700.000					13.700.000															
323,65					602,99															
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.																				
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil																				
2º Semestre					Exercícios findos em 31 de dezembro															
2014					2014															
7.227					13.826															
-					-															
-					-															
7.227					13.826															
(6.116)					(4.188)															
(183)					1															
(166)					26															
(724)					(5.034)															
38					4.631															
-					(4.569)															
-					(4.569)															
38					62															
54					30															
92					92															
38					62															
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.																				
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS																				
1) CONTEXTO OPERACIONAL																				
A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BEM DTVM" ou "Instituição") é uma Instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.																				
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS																				
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de janeiro de 2015.																				
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS																				
a) Moeda funcional e de apresentação																				
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.																				
b) Apuração do resultado																				
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério <i>pro rata</i> dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.																				
c) Caixa e equivalentes de caixa																				
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.																				
d) Títulos e valores mobiliários - classificação																				
• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;																				
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e																				
• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.																				
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.																				
e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)																				
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.																				
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.																				
Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.																				
De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.																				
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 16.																				
f) Investimentos																				
Os investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>), quando aplicável.																				
g) Redução ao valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)																				
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de perda de liquidez ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base <i>pro rata</i> dia).																				
Uma perda por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.																				
h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias																				
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:																				
• Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;																				
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos																				

